Bolsas
Na sexta-feira
1,12% São Paulo
0,56% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
188.161 — 197.323
7/4 8/4 9/4 10/4

Dólar
Na sexta-feira
R$ 5,011
(-1,03%)

Dólar	Últimos
6/abril	5,146
7/abril	5,155
8/abril	5,102
9/abril	5,063

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,877

CDI
Ao ano
14,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,57%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88

CONJUNTURA Demora para a pacificação no Estreito de Ormuz, no Oriente Médio, gera tensão no setor agrícola sobre o fornecimento de insumos para a próxima safra, especialmente o de 2027, segundo especialistas

Guerra acende alerta sobre fertilizantes

» ROSANA HESSEL

Marcelo Ferreiro/CB

Diante das incertezas das negociações de paz, preocupações para o setor agrícola brasileiro se intensificam

O conflito no Oriente Médio vem pressionando os preços do petróleo e dos alimentos, com reflexos diretos na inflação, que acelerou em março. Diante das incertezas sobre um acordo de paz, aumentam as preocupações com os impactos na economia e no setor agrícola, especialmente no fornecimento de fertilizantes, já que a região é relevante produtora de insumos. Não há risco imediato para a safra atual, mas especialistas não descartam efeitos a partir de 2027.

Uma das pessoas que têm feito alerta sobre isso é a senadora e ex-ministra da Agricultura Teresa Cristina (PP-MS). Em vídeos nas redes sociais, a senadora lembra que o Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, não tem autossuficiência na produção de insumos agrícolas. Ela ainda critica a falta de avanços no Projeto Nacional de Fertilizantes, que, segundo ela, "está engavetado", apesar de o governo, no fim do ano passado, aprovar metas e ações que preveem chegar a uma produção nacional capaz de atender 45% e 50% da demanda interna até 2050, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

"O mundo todo está se precavendo contra os problemas da guerra e vendo outras ameaças. Vamos ter problemas de insumos seríssimos, e não só de fertilizantes, mas de insumos que a China produz para o Brasil", afirma a senadora.

Apesar da fala alarmante da senadora Teresa Cristina, na avaliação de Francisco Luis Lima Filho, economista do Banco ABC Brasil, por ora, não há sinais de risco relevante de quebra de safra para 2026 no Brasil, mas ele reconhece que os riscos para a próxima safra aumentarão se o conflito se estender por muito mais tempo.

"O cenário segue relativamente benigno e, embora o conflito atual traga pressão, o impacto tende a ser mais moderado do que o observado na Guerra Rússia-Ucrânia. Naquele episódio, houve uma disrupção direta e ampla na oferta global de fertilizantes, atingindo nitrogenados, fosfatados e potássicos, enquanto agora a gama de fertilizantes afetados é mais limitada e o canal principal é indireto, via energia e custos logísticos. A curto prazo, o risco altista segue concentrado nos produtos in natura, com destaque para tubérculos, refletindo a pressão de insumos, mas ainda sem evidência de impacto relevante sobre milho e soja", explica.

> **Caso as cadeias de insumos não estejam plenamente normalizadas até junho, pode haver pressão sobre custos e decisões de plantio, resultando em uma safra potencialmente menor e mais cara"**
>
> ***Francisco Luis Lima Filho,*** *economista*

"O principal ponto de preocupação para a safra de 2027 é a duração do conflito, com riscos concentrados no terceiro trimestre de 2026, durante o plantio. Caso as cadeias de insumos não estejam plenamente normalizadas até junho, pode haver pressão sobre custos e decisões de plantio, resultando em uma safra potencialmente menor e mais cara. Nesse cenário, os efeitos macroeconômicos seriam de maior inflação em 2027, combinada a um ambiente de menor atividade e exportações", destaca Lima Filho.

Conforme dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o conflito no Oriente Médio impacta nos custos do frete e do diesel do agronegócio brasileiro, assim como com operações mecânicas. Diante do aumento de mais de 40% nos preços do petróleo após o início do conflito no Irã, a CNA, no mês passado, pediu ao Ministério de Minas e Energia (MME) um aumento dos atuais 15% para 17% do biodiesel no óleo diesel no país, uma vez que o atraso para a mudança para o B16 — aumento para 16% —, que deveria no mês passado.

De acordo com dados da CNA, o Oriente Médio tem cinco dos 10 maiores produtores de ureia, um dos principais insumos do agronegócio e é responsável por 35% da ureia importada pelo Brasil.

Procurada, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) informou que, no momento, não há ruptura operacional nas cadeias de suprimento de produtos químicos que atendem ao Brasil, o impacto ocorre principalmente por vias indiretas e sistêmicas — energia, fertilizantes, petroquímicos básicos e câmbio. "Abiquim reitera que no Brasil não há desabastecimento. Há uma subida de preços das matérias-primas derivadas do petróleo em função do aumento de preços deste produto no mundo inteiro. E essa subida de custo pressiona os preços dos produtos derivados", acrescenta.

Juros mais altos no radar

Outra preocupação crescente após o conflito no Oriente Médio é com a taxa de juros no fim do ano. Desde o início dos ataques dos Estados Unidos ao Irã, as apostas de que o Banco Central precisaria reduzir o ciclo de queda da taxa básica da economia (Selic) aumentaram e, com isso, os analistas começaram a fazer revisões para cima para os juros no fim do ano.

Agora, as projeções para a inflação deste ano estão ficando mais distantes do teto da meta conforme os dados de março do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março. Divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA registrou avanço de 0,88%, no mês passado, após a alta de 0,70%, em fevereiro, impulsionado pelo avanço dos preços dos combustíveis e dos alimentos.

Com isso, a inflação voltou a ficar acima de 4% no acumulado em 12 meses, e analistas já projetam o indicador acima do teto da meta. A projeção de queda feita pelo economista Fábio Romão, da Logos Economia, para o IPCA de 2026, é de 4,6% para 4,8%, mais uma vez em virtude dos recentes desdobramentos do conflito entre Estados Unidos e Irã na precificação de enorme cadeia de bens e serviços, em específico do querosene de aviação. Segundo ele, é importante destacar que a metodologia do IBGE simula a compra da passagem com dois meses de antecedência, ou seja, o importante reajuste anunciado pela Petrobras em abril, de 55%, "deverá aparecer mais claramente no IPCA a partir de junho e julho".

Com isso, também aumentam as apostas de que a taxa básica da economia (Selic) deverá encerrar o ano em 13% anuais. "Embora a política monetária tenha eficácia limitada diante de choques de oferta, o aumento da incerteza sobre a duração desses choques deve levar o mercado a revisar para cima a trajetória da inflação e, consequentemente, elevar as expectativas para a Selic terminal de 12,5% para 13%", afirma o economista Arnaldo Lima, da Polo Capital.

Nos Estados Unidos, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês), saltou de 0,3% para 0,9%, entre fevereiro e março, principalmente, por conta da alta dos preços da gasolina, que disparou 21,2% em março e puxou o avanço de 10,9% no grupo de energia no mês passado. O estrategista da RB Investimentos Gustavo Cruz explica que, nos Estados Unidos, a transmissão da alta de preços devido o conflito no Oriente Médio é mais rápida do que no Brasil, mas isso ainda vai acontecer por aqui, assim como em toda a cadeia de alimentos e não há muito o que fazer. "O mundo todo ainda vai sentir os impactos", alerta.

Queda no preço do diesel

» FERNANDA STRICKLAND

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Preço médio do combustível registrou a primeira queda desde o início da guerra no Oriente Médio

Após semanas de pressão provocada pela guerra entre Israel, Estados Unidos e Irã, iniciada em 28 de fevereiro, o preço médio do diesel comum no Brasil registrou a primeira queda desde o início do conflito. Dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) apontam que, entre os dias 5 e 11 de março, o litro do combustível foi vendido, em média, a R$ 7,43, redução de R$ 0,02 em relação à semana anterior, quando custava R$ 7,45.

A retração, embora discreta, marca uma inflexão no comportamento dos preços em meio à instabilidade internacional no mercado de petróleo. No mesmo período, a gasolina comum apresentou leve recuo de R$ 0,01, passando de R$ 6,78 para R$ 6,77 por litro. Já o etanol seguiu a mesma tendência, com queda de R$ 0,01, sendo comercializado a R$ 4,69.

Em resposta à escalada dos combustíveis, o governo federal anunciou, na segunda-feira (6), um pacote de medidas com foco na contenção de preços, especialmente do diesel — insumo estratégico para o transporte de cargas e passageiros.

Entre as ações, destaca-se a criação de uma subvenção de R$ 1,20 por litro para a importação de diesel, com custos divididos igualmente entre União e estados. Além disso, foi instituído um subsídio adicional de R$ 0,80 por litro para o diesel produzido no país. As medidas buscam reduzir a volatilidade dos preços internos, fortemente influenciados pelo cenário geopolítico e minimizar os impactos inflacionários sobre a economia.

Sob pressão

Apesar da leve queda recente, o setor de transporte público urbano ainda enfrenta forte pressão nos custos operacionais. Em nota, a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) alertou para os efeitos persistentes da alta do diesel, considerada crítica para a sustentabilidade do sistema.

O transporte coletivo urbano é classificado como um direito social fundamental e um serviço público essencial, sendo responsável por 39% dos deslocamentos nas cidades brasileiras. Dentro desse universo, os ônibus respondem por 81% das viagens, operando uma frota de cerca de 107 mil veículos, que transportam diariamente 35,6 milhões de passageiros.

A entidade destaca que, embora o setor represente apenas 3,9% do consumo nacional de diesel, o combustível responde por aproximadamente 30% dos custos operacionais das empresas. Essa dependência torna o sistema altamente vulnerável às oscilações de preços.

Segundo dados apresentados pela NTU, o preço médio do diesel para empresas de ônibus acumula alta de 24,06% desde o início do conflito no Oriente Médio — movimento que ainda não foi neutralizado pelas medidas anunciadas pelo governo. A NTU reconhece os esforços das autoridades para conter os impactos da crise internacional, mas avalia que os efeitos das políticas públicas ainda não chegaram de forma efetiva ao consumidor final e aos operadores do sistema.

Diante desse cenário, a entidade defende a adoção de mecanismos mais rigorosos de controle de mercado, com o objetivo de evitar práticas especulativas e garantir maior previsibilidade nos custos. A preocupação central é evitar o repasse excessivo das tarifas à população, especialmente às camadas mais vulneráveis, que dependem diretamente do transporte público.

Apesar do alívio pontual nos preços, especialistas apontam que o cenário permanece incerto, uma vez que os desdobramentos do conflito continuam influenciando o mercado global de energia.